



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista Coletiva à Imprensa no dia 27 de março de 1990

Valério Brito (Jornal Zero Hora): Senhor Presidente, a conta do plano até aqui tem sido paga em sua maior parte pela sociedade.

O Governo pretende aumentar a participação do Estado na divisão dessa conta?

Presidente: Acho que o Estado deu uma demonstração muito clara de que está oferecendo uma participação como nunca ofereceu em qualquer plano de ajuste econômico realizado no País. O processo de emagrecimento do Estado, retirando gorduras desnecessárias ao seu funcionamento, é uma medida determinante do sucesso do nosso programa econômico. Acho que isso está mais do que claro. Fundamentalmente, o que verificamos ao lado disso — ou seja, dessa posição do Estado de encarar firmemente a parte que lhe cabe nesse processo — é a participação da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira, segundo todas as pesquisas que vêm sendo realizadas, demonstra uma extraordinária confiança no sucesso do programa.

A sociedade demonstra que está preparada para que possamos, finalmente, retirar o País da crise em que se encontra. Se esse preço, como supõe a pergunta, estivesse sendo amargo para

a sociedade, talvez os índices de aprovação do programa não fossem tão elevados. Esses índices, ao contrário, demonstram o acerto da iniciativa que tomamos com base no que ouvimos por parte da população brasileira no decorrer de uma longa campanha eleitoral. Finalmente chegamos a um projeto econômico que visa, sobretudo, a queda brutal da inflação, ou seja, viver sem inflação, o que significa a valorização real do salário e uma distribuição efetiva de renda. Em síntese, significa justiça social e crescimento econômico.

Luiz Roberto Marinho (Jornal do Commercio, do Recife): Presidente, o senhor mandou retirar ontem as Medidas Provisórias 156 e 153. Eu gostaria de fazer duas perguntas sobre isso. Primeiro, houve recuo do Governo? Segundo, o que diz das acusações de líderes oposicionistas de que o senhor tem sido autoritário na execução do plano de ajustamento?

Presidente: Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não houve nenhum recuo, porque, consultando o dicionário do Mestre Aurélio, recuar significa andar para trás. Nós queremos andar *pari passu* com a nova Constituição, uma conquista democrática do povo brasileiro. No momento em que a comunidade jurídica se dividiu no que diz respeito às medidas provisórias citadas, numa homenagem à comunidade jurídica e, sobretudo, no respeito mais absoluto aos termos constitucionais, eu achei por bem retirar essas duas medidas provisórias e substituí-las por outras, nas quais não está incluído um só artigo que cause dúvidas quanto à sua constitucionalidade. De modo que essa minha afirmação e esse meu gesto efetivo já respondem à segunda pergunta sobre a forma como vem sendo conduzido o processo.

Nós temos um compromisso com a democracia. Nós todos temos um compromisso com o sistema democrático, com as nossas instituições, e estamos agindo de maneira natural, ouvindo o Congresso Nacional, ouvindo a sociedade brasileira e respeitando integralmente a nossa Constituição.

Patrícia Marins (TV Bandeirantes): O que o Governo pretende fazer para que as empresas, que empregam milhões de trabalhadores, possam pagar os salários do mês de março? Muitas empresas estão buscando empréstimos junto aos bancos, pagando

juros que chegam até a 50%. Diante desse fato, o Governo pretende fixar um limite para os juros? E mais, existe o risco de muita gente ficar sem receber os salários do mês de março?

Presidente: As medidas foram adotadas e os esclarecimentos foram dados. Até 500 mil cruzados, pode-se sacar livremente — 500 mil cruzados de folha. De 500 até três milhões, correção monetária mais 7%. Acima de três milhões de cruzados, os juros de mercado. Isso é o que ficou estabelecido. São essas as instruções que o Banco Central já encaminhou a toda a rede bancária do País e que vêm sendo, a partir desta semana, cumpridas com mais facilidade devido à adaptação do sistema bancário às novas normas vigentes para a economia brasileira.

Agora mesmo saio de um encontro com a Ministra da Economia. Ela me dava conta de que desde ontem já começam a fluir, de uma maneira mais fácil, de uma maneira mais líquida, os recursos para a atividade econômica. É bom que se lembre que hoje estamos no sétimo ou oitavo dia útil de aplicação do plano. E o plano, minha gente, modificou, alterou, literalmente, todas as normas até então vigentes na economia do nosso País.

Problemas, dificuldades ocorreram nos primeiros dias, mas essas dificuldades estão sendo removidas. E o que nós estamos assistindo é que, normalmente, as coisas estão caminhando, o rio caminha de volta ao seu leito, e a economia vem sendo irrigada. Essa poderosa massa salarial que vai ingressar no mercado nos próximos dias, com o pagamento do salário, vai fazer com que o consumo seja reativado, dentro, naturalmente, de certos limites. Esse é um ponto que eu gostaria, realmente, de realçar.

Fiz um apelo, há alguns dias atrás, para que todos não consumissem muito: que valorizassem o seu salário, que pechinassem, que fizessem muita pechincha, que regateassem no preço e que poupassem. Eu quero agradecer a toda sociedade brasileira, porque mais uma vez esse meu apelo foi ouvido. O índice de depósitos em caderneta de poupança tem crescido acima das nossas expectativas, o que demonstra que as pessoas que estão recebendo os seus salários, recebendo a sua quinzena, estão, novamente, voltando a confiar, como sempre devem con-

fiar, no depósito em caderneta de poupança. Com isso, as pessoas estão evitando o consumo, que poderia aquecer a demanda, que poderia de alguma maneira fazer com que a procura fosse muito grande, o que se refletiria nos índices inflacionários. Fica aqui, mais uma vez, o meu agradecimento a vocês, pela confiança que estão demonstrando no sucesso do nosso programa econômico.

Otto Sarkis (TV Record): O senhor foi comparado, no último sábado, pelo maior jornal do País, a dois ditadores: Hitler e Mussolini. Também a Ceausescu. Por mais que a gente releve o calor dos acontecimentos e algum exagero que possa ter acontecido, o jornal buscou signos característicos: gestos, colocações, o uso da farda que o senhor colocou no sábado... Minha pergunta vai um pouco além disso, porque é uma questão que teoricamente pode preocupar e o jornal cita isso, que é a sua relação direta com as massas em detrimento de uma relação político-partidária. O senhor foi eleito por um pequeno partido e se sustenta hoje na base do Centrão, que é o partido que deu os cinco anos para o Sarney. Como é que o senhor vai executar esse plano de sustentação partidária? O senhor pretende formar um partido antes das eleições de outubro? O senhor vai formar um partido depois, vinculado à sua figura carismática? Como é essa relação do senhor com a sociedade do ponto de vista político? Como é que vai ser de agora para frente?

Presidente: Em primeiro lugar, temos que notar, com muita precisão, o meu relacionamento, muito íntimo, com as massas. Ele realmente existe e é claro. Isso é indiscutível e disso muito me orgulho. Não foi somente nessa eleição para Presidente da República, mas na eleição para Deputado Federal, para Governador de Estado, que isso ficou muito claro. Eu tenho uma relação muito forte e muito profunda com a imensa maioria da população brasileira, que é exatamente a imensa maioria da população que passa fome, que quer justiça, que não tem saúde, que não tem educação, que não tem emprego, que não tem trabalho, que não tem salários dignos. Eu sou depositário da confiança dessa imensa maioria, e foi com essa imensa maioria que ganhamos duas eleições, no primeiro e no segundo turno.

Portanto, os meus compromissos são todos voltados para o atendimento das necessidades básicas dessa população. Isso não significa dizer que em nenhum instante eu desprestigue o sistema partidário nem a classe política a qual pertenço. Se eu quisesse desprestigiar o sistema partidário, já teria tentado pelo menos fazer com que o partido ao qual estou filiado e ao qual pertenço, que é o PRN, tivesse um número muito maior de parlamentares do que tem.

E todos sabem que, em nenhum instante, eu forcei a mão para que o nosso partido crescesse, pelo simples fato de nós termos ganho a eleição para Presidente da República. Não pretendo fazer nem estabelecer nenhum partido hegemônico neste País. Eu acho que partido hegemônico é um desserviço que se presta à democracia. Acho que, a partir do início desse novo Governo, a partir das eleições que serão realizadas no próximo dia 3 de outubro, o que nós deveremos e haveremos de fazer é consolidar um sistema partidário sem nenhuma interferência do Executivo. Devemos deixar que os partidos nasçam dentro de um espírito doutrinário, o que é fundamental. E não, em nenhum momento, estimular a criação de um partido que se torne hegemônico dentro das Casas do Congresso. Acho que a melhor maneira que temos de governar é com todos os partidos, é governar com a maioria, governar ouvindo as diversas tendências expressas pelas agremiações políticas no Congresso Nacional.

Um outro compromisso que também temos é o de recuperar a confiança que a sociedade deve ter na classe política. A partir dessas eleições de 3 de outubro, a partir das eleições diretas havidas para Presidente da República, no final do ano passado, nós haveremos de demonstrar — e naturalmente com exemplos, sobretudo, dados pela classe política — que cabe aos políticos serem os condutores naturais do processo democrático, das expectativas da população junto aos centros de poder. Tudo isso dentro daquele compromisso ainda maior que todos nós temos com a democracia.

A democracia precisa e haverá de ser preservada, haverá de ser cuidada por cada um de nós — não somente pelo Presidente da República, responsável pela condução da política do País, mas com a atenção do Legislativo. Temos que dar essa satisfação à sociedade brasileira.

Nely Caixeta (Revista Exame): O senhor tem reiterado várias vezes que o Brasil não entrará em recessão por conta das medidas do programa de estabilização. Que razões concretas, objetivas, o senhor tem para chegar a essa conclusão, se a maior parte dos recursos das empresas e das pessoas está bloqueada no Banco Central? Seria lícito supor e cogitar que parte desses recursos voltaria à sociedade para novos investimentos?

Em vez de ameaçar o empresariado brasileiro com a ação policial, não seria talvez mais conveniente fazer com que ele demonstrasse a confiança no programa econômico, voltando a investir?

Presidente: A demonstração de confiança depende somente daqueles que queiram assim se manifestar. Eu gostaria que todo o empresariado, logo no início da aplicação do plano, que todos os industriais tivessem logo manifestado a sua total confiança no programa. Infelizmente isso não aconteceu. Houve algumas reações surdas, mas que na prática se fizeram sentir por parte de alguns setores que, talvez, de uma forma ou de outra, mais sensíveis, não quiseram dar a sua colaboração a esse programa econômico que visa retirar o País dessa crise e da inflação imoral com que nós convivíamos.

É não somente lícito supor, mas é absolutamente correta a suposição que, naturalmente, a irrigação da atividade econômica ocorrerá na medida da necessidade. Quando construí aquela imagem de represa, dizendo que os recursos estavam represados, eu disse que havia uma torneira que seria aberta ou fechada na medida das necessidades e que essa operação teria que ser feita com muito cuidado para que não irrigássemos demais, o que provocaria uma liquidez excessiva no mercado e, conseqüentemente, um aumento no consumo e nos preços. Se a torneira permanecesse fechada por muito tempo, isso sim, significaria recessão.

O apelo que fiz para que não demitissem está sendo, aqui e acolá, na maior parte das vezes, seguido. Alguns dos quais me referi no início, que estavam mais incomodados com o programa, já voltaram atrás na sua decisão de demitir. Readmitiram, criando fórmulas diferenciadas, para que não viesse a ser penalizado o trabalhador brasileiro. Nós estamos muito atentos aos

índices de desemprego na economia e ao nível de rotatividade de emprego na economia. Se esses indicadores fugirem dos limites normais e naturais — e para isso temos aí os sindicatos e os próprios instrumentos do Governo acompanhando — tomaremos medidas que visem corrigir as distorções, de modo que a recessão não se instale no País.

David Renault (Agência Estado): Senhor Presidente, há indicações de que o Congresso deve aprovar a essência do plano econômico. Mas há indicações de que podem ocorrer alterações em alguns itens, especialmente no que diz respeito a limites de saque para poupança e conta corrente. Caso o Congresso promova algumas alterações, o senhor acata a decisão do Congresso ou vai vetá-la? Em segundo lugar, mantendo-se inalterado o plano, a expectativa é de que esse dinheiro hoje congelado deve retornar ao mercado em 12 meses, a partir de setembro de 91, numa proporção que se estima entre 8 e 10 bilhões de dólares ao mês. Essa massa de recursos não seria suficiente para provocar uma nova explosão inflacionária?

Presidente: Veja bem, nós estamos aí analisando, pela sua pergunta, suposições. Em primeiro lugar, é claro que todas as sugestões que o Congresso Nacional encaminhar diretamente ao Poder Executivo ou pelo processo de emendas, uma atribuição do Congresso Nacional, serão acatadas e muito bem-vindas.

Nós já demos provas efetivas disso quando, conversando com as mais diversas lideranças do Congresso Nacional, recebemos sugestões que, imediatamente, incorporamos ao cerne das nossas medidas. Isso foi divulgado na sexta-feira passada. O Congresso Nacional está agora com os seus presidentes e relatores das comissões constituídas analisando as medidas provisórias. Pela audiência que tive com essas lideranças, verifiquei que o Congresso Nacional entende que é fundamental mantermos a estrutura do plano. Não porque eu queira, porque o Congresso deseje, mas porque todos somos unânimes em reconhecer que uma mexida na estrutura do plano pode fazer com que ele seja destruído.

A sociedade brasileira, o Congresso Nacional e nós todos estamos cientes da enorme responsabilidade que temos. Nós não

podemos perfurar a barragem para matar a sede. É melhor procurarmos matar a sede buscando água na barragem, e não fazendo um furo nela, porque esse furo pode ser o início da destruição de todo o programa econômico. Por isso não deveremos e não poderemos mexer na estrutura do plano. Essa é a consciência que o Congresso Nacional também tem. Não tenho procuração para falar em nome do Poder Legislativo, mas posso transmitir o que tenho ouvido das mais diversas lideranças com as quais me encontrei no decorrer da semana passada.

O reingresso desses recursos represados na economia será efetuado na medida em que tenhamos de fazê-lo, com a devida precisão e objetividade, sem permitir que haja uma liquidez excessiva no mercado nem, tampouco, que paire sobre nós o fantasma da recessão.

Helival Rios (Jornal de Brasília): Nos últimos dias o senhor deve ter mantido contatos com o exterior e ouvido repercussões do Plano de Estabilização Econômica. Eu queria saber, diante do feed-back desses contatos, se isso, de alguma forma, vai facilitar a negociação da dívida externa e em que bases. O senhor já tem condições, agora, a essa altura da execução do plano, de definir melhor as novas bases de renegociação da dívida externa brasileira?

Presidente: A Ministra da Economia deverá estar seguindo para o exterior na próxima semana. E, naturalmente, ela fará um contato preliminar com os nossos credores, com o sistema financeiro internacional, fornecendo-lhes detalhes sobre o nosso programa econômico e iniciando os contatos para a ampla renegociação da dívida externa, que haveremos de propor aos nossos credores internacionais. Eu fico agradavelmente surpreendido com a repercussão positiva que vem alcançando, lá fora, o nosso programa de estabilização econômica. Isso, sem dúvida nenhuma, é um bom prenúncio. É um prenúncio de que o ambiente que nós iremos encontrar no exterior será favorável, será um ambiente de credibilidade reconquistada pelo Brasil não somente em nível interno como também em nível externo.

Acho que nós haveremos de promover essa renegociação com base naquilo que sempre colocamos como prioritário, que

já vem sendo aceito pela comunidade financeira internacional: que a renegociação da dívida não pode, em momento nenhum, penalizar o nosso crescimento econômico. Ou seja, não se trata de saber quanto nós iremos crescer depois de pagar a dívida externa, mas sim de quanto nós poderemos pagar, depois de garantido o nosso crescimento econômico. Esse é o postulado básico da nossa renegociação; postulado esse já aceito pela comunidade financeira internacional, que faz com que possamos esperar que essa renegociação seja extremamente benéfica para o Brasil, porque o Brasil voltou a recuperar a confiança não somente dos credores, mas também dos investidores externos, a partir da instalação do novo Governo no último dia 15 de março.

René Villegas (Agência Reuters): Queria voltar ao tema da dívida, senhor Presidente. Na sua declarada guerra contra a inflação, o senhor bloqueou o equivalente a 115 bilhões de dólares em recursos dos brasileiros. Eu queria saber quanto o senhor pretende bloquear no pagamento da dívida externa, levando em conta que o Brasil tem atrasos de 5,5 bilhões de dólares em juros e que seu Governo pretende fixar um limite de transferência de 5 bilhões de dólares ao ano.

Presidente: O que desejamos é nos sentar à mesa sem nenhum tipo de posição unilateral. Acho que é chegado o momento de cada um fazer a parte que lhe cabe para que possamos renegociar essa dívida em condições, naturalmente, que não venham a esmagar ou aniquilar a possibilidade de sobrevivência de uma economia e de uma nação. Já está visto que a dívida externa do Terceiro Mundo, e não somente a do Brasil, é absolutamente impagável, nos termos em que ela se encontra. É fundamental, portanto, que encontremos meios e termos para promovermos essa renegociação, de modo a que possamos privilegiar o crescimento econômico dos países endividados e, naturalmente, fazer com que os bancos credores entendam que é muito melhor ter um cliente em condições de pagar juros — não esses abusivos, extorsivos que vêm sendo praticados ao longo da última década, sobretudo — dentro de prazos que iremos estabelecer nessa renegociação.

Não queremos, em momento nenhum, estabelecer nenhum tipo de confronto com organismos internacionais, com bancos e com o sistema financeiro internacional. Esta não é a nossa política, este não é o nosso desejo, essa não é a nossa intenção, nem será a nossa ação prática. O que vamos promover, sim, é uma renegociação vigorosíssima, com o mesmo vigor com que este Governo se dedica a cada uma das etapas do seu programa, seja econômico, seja de qualquer outro setor. Nós iremos nos dedicar, com absoluta determinação e obstinação, para fazermos uma renegociação que traga benefícios para o nosso País.

Naturalmente, do lado de lá, eles deverão fazer a mesma coisa. Mas será uma negociação em que não poderemos, em momento nenhum, permitir que o nosso crescimento econômico seja afetado e que, internamente, o nosso mercado se ressinta e se enfraqueça, com os problemas daí decorrentes.

Nós queremos uma renegociação sentados numa mesa, repito, em que conversemos abertamente, em que discutamos todos os pontos. Não há nada que não se possa discutir em termos de prazo, de juros, de ingresso de recursos novos, dentro ou fora do Plano Brady. Enfim, estamos inteiramente abertos a esse tipo de discussão, sempre buscando um denominador comum, um entendimento, que faça com que o Brasil seja um país inserido no contexto internacional e que tenha readquirido a sua confiança, a confiança no seu futuro, não somente por parte da sua população, de todos nós brasileiros, mas também dos nossos países irmãos desse planeta.

Michel Galan (Agência France Press): O senhor apresentou sempre o regime de câmbio livre e a verdade dos preços como uma ajuda suficiente à exportação, melhor do que qualquer incentivo estatal. Hoje, o dólar está supervalorizado e inviabiliza qualquer exportação, bem como o turismo. Se isto é só transitório e técnico, o que é possível, em quanto tempo o senhor considera que o dólar voltará a um nível de mercado compatível com a necessidade do Brasil de exportar, já que, sem exportação, não se paga a dívida e cresce a recessão?

Presidente: Eu diria que sem exportação e sem importação. O que eu defendo é que nós não somente exportemos mais, mas

que importemos mais também, porque já se passou a época em que o País forçava a colocação dos seus produtos no exterior e evitava a importação, o que fazia com que tivesse sempre créditos ou superávits crescentes na sua balança comercial em relação a outros países. Hoje, cada vez mais, esse mundo está se transformando numa troca de interesses, de vantagens recíprocas para um país e para o outro. É ilusão pensar que nós poderemos somente exportar e reduzir as nossas importações. Não, porque a cada um milhão de dólares exportados nós temos que importar, não somente pela necessidade interna, mas até pelas contingências do comércio internacional, outro tanto, pouco mais ou um pouco menos.

Já tomamos algumas medidas dentro do programa econômico como a flutuação do câmbio e a liberação das importações — que são mecanismos puros da economia de mercado. Também tomamos outras medidas que deixam um pouco incomodados alguns que, como eu, entendem que temos que perseverar na busca da economia de mercado, através de um certo controle de preços e de outros mecanismos. Mas é fundamental que nos utilizemos desses mecanismos nesse período transitório, como o senhor coloca na sua pergunta, para que alcancemos, um pouco mais adiante, daqui a alguns anos, a verdadeira economia de mercado.

O que eu desejo, ao final desse meu período de administração, na chefia da Presidência da República, o que espero, ardentemente, é constituir no Brasil a verdadeira economia de mercado, sem nenhum tipo de constrangimento para a atividade produtiva, sem nenhum tipo de mecanismo que interfira na política de preços e de salários, na política de importação ou de exportação. Esse é o objetivo que estamos buscando, detida e vigorosamente, alcançar dentro desse período governamental.

Ricardo Palmas (Agência Efe): O senhor disse no Congresso Nacional que o Cone Sul será o eixo da integração latino-americana. O senhor não acha que a difícil situação da Argentina e o processo que se inicia no Brasil podem constituir uma ameaça a esse processo?

Presidente: A integração latino-americana é irreversível, porque ela não depende de circunstâncias de países que, eventualmente, estejam passando por um momento de prosperidade ou por momentos de dificuldade. O que é importante, é o ideal de integração latino-americana. Esse é imorredouro, esse não se destrói. Esse é passado de governo a governo, de geração a geração e, sem dúvida, a integração latino-americana tem que começar pelo Cone Sul, não porque o presidente argentino, o presidente uruguaio e o presidente brasileiro assim o desejem. Não! É porque, naturalmente, as coisas determinam que assim se estabeleça: pelas vinculações que temos, pelos laços comerciais, pela proximidade que já temos de longa época, pelo comércio que já se estabelece de uma forma bem nítida entre as nossas economias. Então, naturalmente, a integração começaria pelo Cone Sul, e isso é perfeitamente entendido por todos os países da América do Sul e da América Latina como um todo.

Nós já demos passos efetivos a partir do dia 15 de março, nessa direção, quando o Presidente Menem, numa homenagem que prestou ao povo brasileiro e ao Governo que se instalou, assinou comigo tanto a questão do gasoduto, do gás que virá do Nordeste da Argentina para o Rio Grande do Sul, de modo a ativar, ainda mais, a economia daquele grande Estado brasileiro, como também a construção da ponte ligando São Borja, em território brasileiro, a Santo Tomé, em território argentino, que é uma forma não simbólica, como querem alguns, mas efetiva de demonstrar a integração. Então nós estamos lutando para que essa integração continue independentemente do estágio que as nossas economias estejam atravessando.

A hidrovia, que é outro passo fundamental para a integração da América Latina, já vem também dando sinais evidentes de prosperidade. Já trouxemos, por exemplo, a nossa soja lá de Corumbá até o porto uruguaio, pelo sistema hidrográfico.

É fundamental que essas iniciativas não pereçam, que esses nossos laços que visam sobretudo, essa integração num curto prazo, não se afrouxem. E contamos também com a participação decisiva da ALADI, que vem tendo nesses últimos anos,

uma importância que realmente deve ser sublinhada, para que essa integração ocorra dentro do espaço de tempo menor possível.

*Entrevista coletiva concedida à imprensa por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto, no dia 27 de março de 1990.*